

SERVILUZ E O MAR: OS IMPACTOS TERRITORIAIS NA SAÚDE MENTAL DOS MORADORES

Nicole Sousa Pompeu de Saboya

Discente - Instituto Parentes
nicolesaboyapsico@gmail.com

Raquel de Souza Xavier

Discente - Instituto Parentes
psi.raquelxavier@gmail.com

Área Temática: Psicologia social e comunitária

Área de Conhecimento: Ciências da Saúde

Encontro Científico: XV Encontro de Pós-graduação

RESUMO

Introdução: O bairro Serviluz, em Fortaleza, Ceará, é uma das doze Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) do município, evidenciando vulnerabilidades sociais, especulação imobiliária e violências urbanas. Estudar esse território implica compreender como essas dinâmicas atravessam o cotidiano de relações sociais e subjetivas, bem como a saúde mental da população. **Objetivo:** Analisar os impactos psicossociais e a correlação entre as especificidades territoriais e as violências estruturais sobre a saúde mental da população do bairro e identificar estratégias coletivas de cuidado e resistência desenvolvidas pela comunidade. **Metodologia:** Pesquisa qualitativa vinculada ao projeto guarda-chuva do Instituto Trêsmares. Foram utilizados três instrumentos: observação participante em atividades e encontros comunitários; registros fotográficos e de áudio; e diários de campo elaborados pelos pesquisadores. Esses instrumentos subsidiaram seis processos de coleta: duas entrevistas semiestruturadas, três grupos focais e levantamento de políticas públicas voltadas à saúde mental e à educação infantil. Os dados foram submetidos à Análise de Conteúdo, com codificação, identificação de padrões e agrupamento em categorias analíticas, originando quatro eixos. **Resultados:** (1) Relação entre vivência territorial e produção do sofrimento psíquico; (2) Potencialidades metodológicas da observação participante, atividades grupais e diários de campo; (3) (In)fluxos da rede pública e fronteiras institucionais; e (4) Estratégias coletivas de cuidado e (re)existências frente às violências cotidianas. **Considerações finais:** As condições socioambientais precarizadas e violências estruturais intensificam o sofrimento psíquico, especialmente em crianças e jovens, enquanto práticas comunitárias de solidariedade e resistência fortalecem vínculos, promovem pertencimento e contribuem para a promoção da saúde mental.

Palavras-chave: Saúde Mental; Psicologia Comunitária; Serviluz.

INTRODUÇÃO

De antemão é importante salientar que este material é fruto de acompanhamento longitudinal realizado no bairro Serviluz localizado em Fortaleza-Ceará pelo Instituto Trêsmares. A instituição vem realizando atividades há dez anos no território em questão, uma Organização da Sociedade Civil (OSC), e realiza uma atuação territorializada em rede juntamente com a Associação de Moradores do Titanzinho, a Associação Comissão Titan, instituições escolares do bairro (públicas) e universidades (públicas e particulares). Este material advém de um projeto em andamento voltado à saúde mental das crianças que está em processo de construção e levantamento de dados para implementação em uma instituição escolar pública localizada no Serviluz.

Durante estes anos o Instituto Trêsmares teve em sua trajetória o Projeto de Vida destinado às crianças, ações de urgência durante a pandemia com o Projeto Ei Budega!, participação de audiências públicas na luta por moradia junto com os moradores, editais voltados para a juventude e educadores com o Projeto Daqui Pra Lá e o Projeto Outros Mares, além da atuação de mediação comunitária com as lideranças do bairro, do acompanhamento psicológico por meio de grupos de escuta, rodas de conversa, plantão psicológico, e visitas domiciliares. Sendo a equipe atualmente composta por três psicólogas, uma arquiteta e uma pedagoga.

A psicologia brasileira e cearense é uma referência em intervenções territoriais e comunitárias. Uma de nossas bases de trabalho é o texto Psicologia Comunitária (GÓIS, 2003) que mostra como a psicologia pode construir junto com a comunidade possibilidades de resistência e existência que constroem novas perspectivas, fortalecem a coletividade e nutrem autonomia. O que construímos com as pessoas e junto ao território não é algo novo para a psicologia, mas este território e suas especificidades sim.

O Serviluz é uma das doze Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) de Fortaleza. As ZEIS correspondem a territórios marcados pela ocupação popular e por contextos de vulnerabilidades sociais e/ou econômicas (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2025). No entanto, para além da realidade de ZEIS, a comunidade do Serviluz enfrenta intensas e longitudinais lutas por moradia, agravadas por três principais fatores: a precarização do bairro; a especulação imobiliária; e conflitos entre facções.

Quando falamos de precarização do bairro estamos nos referindo a como a pobreza é uma dessas nuances territoriais que impactam as ruas, casas e acessos desta

população. Barbosa e Ximenes (2023) reforçam como a pobreza é um fenômeno multidimensional e, na prática, estamos a falar que não se refere apenas a processos econômicos, mas também culturais, psicológicos, simbólicos e subjetivos. O território marca o corpo individual, familiar e coletivo, na medida em que existe uma restrição de acessos e possibilidades.

Apontar os efeitos da opressão como fatalismo, vergonha e humilhação, não significa que não exista resistências como sentido de comunidade, apoio/suporte social e bem-estar pessoal (BARBOSA; XIMENES, 2023). A estigmatização e as violências direcionadas às periferias não as impossibilitam de produzir vida e criatividade. Aponta-se para a importância de se ter políticas públicas que compreendam a complexidade do assunto, mas principalmente, as especificidades de cada território. Ainda, a análise dos índices de pobreza multidimensional (IPM) em áreas urbanas e rurais indica elevada vulnerabilidade nas zonas rurais, com especificidades territoriais mesmo considerando a pobreza como ponto de referência. As possibilidades de enfrentamento foram semelhantes, destacando-se apoio familiar e comunitário, enquanto o acesso a políticas públicas ocorreu de forma limitada (ESTANISLAU, 2018).

Pensar em um espaço territorial periférico urbano é por vezes entender como as dinâmicas espaciais funcionam e seus impactos no cotidiano dos moradores. Isto significa que, mesmo havendo no município de Fortaleza doze ZEIS, cada uma delas apresenta complexidades muito específicas. Paiva (2022) sinaliza que mesmo seu objeto de pesquisa sendo o domínio das facções em territórios periféricos, existem diferenças se compararmos Fortaleza (capital) de Regiões Metropolitanas, mesmo que seus efeitos socioemocionais se assemelhem. O que reforça a necessidade de entender as linhas de poder que circulam e limitam o território, a realidade da Barra do Ceará não é a mesma do Bom Jardim, e o Bom Jardim não experiencia o viver do Serviluz.

Nesse contexto, pensar então o território é fazer análise constante dos efeitos psicossociais entre necropolítica, biopolítica e heterotopia, e as possibilidades criadas pelos moradores para resistência às violências que criam linhas reais e simbólicas nas ruas onde residem e constroem vida (CAVALCANTE; BENÍCIO; SOUZA, 2021). A especulação imobiliária entra como mais um elemento de análise quando pensamos na orla de Fortaleza (LIMA, 2004; CAPASSO; PEQUENO, 2021).

Dessa forma, o presente estudo surge na falta de repertório territorial publicado e de reconhecimento das dificuldades em relação aos equipamentos públicos no que tange aos

encaminhamentos. Além disso, destaca-se que, o objetivo geral se faz da urgência de analisar os impactos psicossociais das condições territoriais e das violências estruturais sobre a saúde mental da população do bairro Serviluz, Ceará.

METODOLOGIA

A presente pesquisa, de abordagem qualitativa, está vinculada ao projeto guarda-chuva do Instituto Trêsmars, com o objetivo de compreender as relações entre território, violências estruturais e saúde mental no bairro Serviluz, Fortaleza, Ceará. Na etapa da coleta de dados, foram utilizados três instrumentos: (1) a observação participante durante atividades e encontros comunitários; (2) os registros de imagem, som e anotações produzidos nos encontros com autorização dos participantes por meio de TCLE; e (3) os diários de campo, desenvolvidos pelos pesquisadores em campo para sistematizar os fenômenos observados, percepções e reflexões sobre o cotidiano e as interações comunitárias.

Vale ressaltar que, esses instrumentos foram aplicados em seis processos de coleta: (a) duas entrevistas semiestruturadas com educadores de ensino fundamental e um agente da paz; (b) três grupos focais: um com lideranças comunitárias, um com crianças de 5 a 11 anos dos bairros Serviluz e Cais do Porto, e um com crianças de 7 a 11 anos de uma escola pública; e (c) levantamento bibliográfico sobre políticas públicas relacionadas à saúde mental e à educação infantil.

O conjunto de dados foi submetido à Análise de Conteúdo, realizada da seguinte forma: 1. transcrições dos materiais coletados por áudio, anotações e diários de campo; 2. leitura integral e organização do material, destacando trechos relacionados às condições territoriais, dinâmicas comunitárias e saúde mental; 3. codificação e identificação de padrões, temas recorrentes e unidades de sentido emergentes; e 4. agrupamento por proximidade em categorias temáticas mais amplas, resultando em categorias analíticas mais específicas.

A partir desse processo interpretativo, emergiram quatro eixos de análise: (1) relação entre vivência territorial e produção do sofrimento psíquico; (2) potencialidades metodológicas da observação participante, das atividades grupais e dos diários de campo; (3) (in)fluxos da rede pública e fronteiras institucionais; e (4) estratégias coletivas de cuidado e (re)existências diante das violências cotidianas.

Essa abordagem metodológica permite compreender, de forma integrada e sistemática, os impactos psicossociais das dinâmicas territoriais e institucionais, evidenciando práticas comunitárias de cuidado e resistência que fortalecem vínculos, promovem pertencimento e contribuem para a saúde mental da população.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. A relação entre a vivência territorial e a produção do sofrimento

Compreendendo a saúde em suas dimensões biopsicosocioespiritual, o sofrimento emocional das pessoas não pode ser entendido de forma isolada, mas em conexão com determinantes sociais que atravessam a vida comunitária dos sujeitos. Nesse contexto, o bairro Serviluz possui marcadores significativos, como a alta densidade populacional, somada à precariedade de infraestrutura, saneamento e moradia, que conseqüentemente, influenciam diretamente a experiência das pessoas que moram na comunidade (IBGE, 2010; PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, 2019).

Além disso, a violência associada aos conflitos territoriais entre facções, somadas à exposição ao racismo, à pobreza, à intolerância religiosa e ao estigma relacionado à pessoas com transtornos de aprendizagem, são alguns dos temas que sobressaíram nas análises resultadas do presente estudo e compõem o quadro das múltiplas vulnerabilidades que atravessam as discussões propostas.

A partir das análises realizadas, verificou-se também que problemas de aprendizagem nas crianças, como evasão escolar e distorção idade-série, não decorrem exclusivamente da escola em si, mas das condições de vida precarizadas fora dela. Nesse sentido, vale ressaltar que, o sofrimento psíquico necessita ser compreendido a partir da interação entre as desigualdades estruturais, a violência, a pobreza e a exclusão social (SAWAIA; SOUZA, 2020; BARBOSA; XIMENES, 2023).

Entre os jovens de 15 a 24 anos de idade, cerca de 15% a 20% não estudam nem trabalham, reforçando a vulnerabilidade econômica e social (PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, 2019). Segundo Cidade, Silva e Ximenes (2016), as implicações psicossociais da pobreza no psiquismo dos jovens, podem ser observadas nos modos de ser, agir e sonhar, impactando nas formas de subjetivação e na forma como constroem suas identidades e relações sociais, como também, influenciando a autoestima, a capacidade de sonhar e elaborar projetos de vida.

2. Potencialidades metodológicas das observações participantes e diários de campo

Os métodos qualitativos utilizados, de caráter participativo, como as atividades lúdicas grupais, os diários de campo e as observações participantes se mostraram eficazes para captar as nuances da vida cotidiana que dificilmente emergiriam em entrevistas formais e estruturadas. Por meio das brincadeiras de manipulação de bonecos, desenhos e dinâmicas grupais, as crianças expressaram experiências complexas de relações sociais, medo, exclusão e dificuldades na escola. Com os adultos, foi possível a utilização de dinâmicas grupais que facilitaram o diálogo e a obtenção das vivências comunitárias.

3. (In)fluxos da rede pública e as fronteiras institucionais

É importante ressaltar que os relatos de lideranças comunitárias e educadores evidenciaram lacunas significativas no acesso a direitos e na articulação da rede pública de saúde, socioassistencial e de educação. Muitos encaminhamentos são impactados devido à sobrecarga de demandas nos equipamentos do serviço públicos, bem como pela ausência de serviços especializados compatíveis com as necessidades do território, impossibilitando encaminhamentos.

Essa fragilidade reforça a sensação de desamparo institucional na população, que não tem segurança à respeito da garantia de que suas necessidades, se serão devidamente escutadas e encaminhadas. Além disso, nos educadores, sensações de sobrecarga são geradas, consequentes da busca da comunidade em recorrer apoio dos profissionais nas resoluções das demandas latentes e da busca por estratégias próprias de cuidado básico que, embora pertinentes, revelam-se insuficientes para enfrentar as estruturas de vulnerabilidade, dada a necessidade de encaminhamentos intersetoriais e de estratégias alinhadas às políticas públicas (ARAÚJO; PUPO, 2023; ARAÚJO; FECHNER; GUMBOWSKY, 2023; PÊGO FILHO *et al.*, 2023).

Os dados revelam a presença de limites institucionais, precarização dos fluxos dos serviços e nas articulações entre os equipamentos públicos que, em vez de ampliar direitos, frequentemente dificultam o acesso e perpetuam desigualdades (PÊGO FILHO *et al.*, 2023). Embora as políticas nacionais de saúde mental (BRASIL, 2017) prevejam a valorização da territorialidade, a prática ainda revela ausências importantes.

4. Estratégias coletivas de cuidado e (re)existências

Vale ressaltar que, apesar das complexidades e desafios, práticas potentes de cuidado e resistências manifestam-se como estratégias geradoras de sentido, fortalecendo a vida comunitária dos sujeitos no território. O sentimento de comunidade, os vínculos estabelecidos

e o fortalecimento da coletividade, são sustentados a partir da relação ancestral das pessoas do território com o mar. Essa relação se dá pela pesca artesanal e surf, que possuem papel fundamental como recurso simbólico de pertencimento e autoestima nas pessoas do território (RIGOTTO, 2007).

Além disso, movimentos de articulação comunitária, como a luta por moradia, rodas de conversa, mostras de audiovisual, produções culturais e ações destinadas à preservação ambiental, reforçam a identidade e a possibilidade de (re)existir diante das violências estruturais que afetam a comunidade do Serviluz. No ambiente escolar, onde é percebido como sendo o lugar de proteção e pertencimento, práticas afetivas e pedagógicas foram observadas e enfatizaram a necessidade e importância do cuidado compartilhado.

Rigotto (2007) afirma que existe a inseparabilidade entre território, ambiente e saúde, corroborando com a importância da valorização das identidades ligadas ao mar. Nessa perspectiva, as estratégias coletivas constituem formas relevantes de (re)existência, pois são modos de recriar a vida diante das violências e dos estigmas sociais, elas representam o fortalecimento necessário ao bem-estar e à saúde mental comunitária. As rodas de conversa e práticas lúdicas, artísticas e culturais remetem à pedagogia da libertação de Freire (1992), que valoriza o protagonismo e o diálogo como forma de fomentar esperanças, desejos e sonhos na comunidade. Nesse sentido, as estratégias que valorizam o mar, as rodas de conversa, as práticas lúdicas, artísticas e culturais, as mobilizações pelo direito à moradia e o acesso à escola como espaço de proteção constituem aquilo que Góis (1994) denomina como produção de saúde e subjetividade no coletivo.

Nogueira (2023), também corrobora com essas reflexões e evidencia que, é a partir do território do Titanzinho, da relação dos moradores com o mar e o surf, que são construídas práticas de memória, identidade e resistência cultural, reafirmando laços entre corpo, natureza e comunidade como necessários à (re)existência no território. Assim, tais estratégias, para além de atenuar sofrimentos, instauram possibilidades de vida, reafirmando o caráter ético-político-afetivo do cuidado comunitário como impulsionador de processos de esperança e potência de existir nos sujeitos na comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia que precarizações socioambientais, violências estruturais e lacunas nos fluxos da rede pública no bairro Serviluz se articulam e intensificam o sofrimento

psíquico da população, especialmente crianças e jovens. Esses aspectos atravessam o cotidiano e moldam subjetividades, revelando desafios na garantia de direitos.

Concomitantemente, surgem modos de cuidado coletivo, como rodas de conversa, práticas lúdicas, artísticas e culturais, mobilizações pelo direito à moradia e atividades escolares afetivas. Essas ações fortalecem vínculos, autoestima e pertencimento comunitário, funcionando como micropolíticas de resistência e enfrentamento das opressões estruturais.

Essas práticas emergem das redes de solidariedade e da produção de subjetividade no coletivo, alinhando-se à Psicologia Comunitária (GÓIS, 1994; FREIRE, 1992). O território, a memória e a natureza destacam-se como símbolos de resistência cultural e identidade (NOGUEIRA, 2023; RIGOTTO, 2007), evidenciando a importância de estratégias coletivas em contextos de vulnerabilidade social decorrentes da pobreza (BARBOSA; XIMENES, 2023).

A pesquisa revela lacunas nas políticas públicas, sendo urgente o aprimoramento dos fluxos de serviços do Estado, reforçando a importância da Psicologia Comunitária na proposição de estratégias de intervenção social. Como limitação, concentra-se em um único território. Estudos futuros podem explorar outros contextos, avaliando impactos das práticas coletivas na saúde mental e na transformação social.

REFERÊNCIAS

ALVES, Jorge Amaro Bastos; FECHNER, Karen Lili; GUMBOWSKY, Argos. Homeschooling, capital humano e seus reflexos no desenvolvimento: análise do marco legal no Brasil. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 5, n. 5, p. 110–128, 2023. DOI: <https://doi.org/10.56579/rei.v5i5.648>

ARAÚJO, Isabela Dias Mendonça; PUPO, Lídia Rivero. *Articulação intersetorial entre a Atenção Psicossocial e o Sistema Único de Assistência Social: o cuidado ofertado à população em situação de rua em Franco da Rocha/SP*. *Boletim Instituto de Saúde – BIS*, v. 24, n. 1, p. 149-156, 2023. DOI: 10.52753/bis.v24i1.40063.

BARBOSA, Flávio; XIMENES, Verônica. *Pobreza e desigualdade social: dimensões simbólicas e subjetivas*. Fortaleza: Edições UFC, 2023.

BRASIL. *Política Nacional de Saúde Mental*. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

CAILA STELLA, [Org.]; CIDADE, Elvíia Camurça; SILVA, Alexandra Maria Sousa; XIMENES, Verônica Moraes. *Psicologia comunitária: contribuições teóricas, encontros e experiências*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

CAPASSO, Marcelo Mota; PEQUENO, Renato. A falência seletiva do Plano Diretor de Fortaleza. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 23, n. 51, pp. 763-786, mai./ago., 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/zTPXFZXzDpT35nfnJGKw5ss/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2025.

CAVALCANTE, Laisa Forte; BENÍCIO, Luis Fernando de Souza; SOUZA, Vanessa Amarante de. “Só sei que morrem todo dia”: efeitos da violência armada em cotidianos de periferias de Fortaleza. In: BARROS, João Paulo Pereira; RODRIGUES, Jéssica Silva; BENÍCIO, Luis Fernando de Souza (Orgs). *Violências, desigualdades e (RE) existências: cartografias psicossociais*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2021. p. 297-316.

ESTANISLAU, Maria Aparecida; FEITOSA, Maria Zelfa de Souza; XIMENES, Verônica Moraes; SILVA, Alexsandra Maria Sousa; ARAÚJO, Márcia Skibick de; BOMFIM, Zulmir Áurea Cruz. Apoio social: modo de enfrentamento às vivências de humilhação e de vergonha em contextos de pobreza. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, v. 13, n. 2, p. 1-17, abr.-jun. 2018. Disponível em: https://seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/2968. Acesso em: 23 set. 2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 248 p.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da libertação*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. *Noções de Psicologia Comunitária*. Fortaleza: Edições UFC, 1994. 135 p.

GÓIS, Andréa. *Psicologia comunitária: fundamentos e práticas*. Brasília: ABPC, 2003.

IBGE. *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 set. 2025.

LIMA, Jorge Luiz Cunha. A cidade de Fortaleza: crise urbana e desigualdade social. *Emancipação*, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 73-84, 2004. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/49/46>. Acesso em: 12 set. 2025.

NOGUEIRA, André Aguiar. *Nas ondas do Titanzinho: natureza, memória, corpo e cultura em Fortaleza*. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 2023. 214 p.

PAIVA, Luiz Fabio Silva. O domínio das facções nas periferias de Fortaleza-CE. *Revista TOMO*, [S. l.], n. 40, p. 87, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/16711>. Acesso em: 14 set. 2025.

PÊGO FILHO, Breno; MOURA, Rodrigo; NUNES, Maria; KRÜGER, C.; MOREIRA, P. G.; FERREIRA, G.; NAGAMINE, L. Y. *Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública*. Brasília: Ipea, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstreams/23907597-be32-416b-8c3f-1cd524a79cb2/download>. Acesso em: 21 set. 2025.

PREFEITURA DE FORTALEZA. *Sobre — Zonas Especiais Fortaleza*. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, 2025. Disponível em: <https://zonasespeciais.fortaleza.ce.gov.br/sobre>. Acesso em: 03 set. 2025.

RIGOTTO, Raquel Maria; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. Saúde e ambiente no Brasil: desenvolvimento, território e iniquidade social. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, supl. 4, p. S475-S501, 2007.

SAWAIA, Bader Burihan; SOUZA, Flávio. Psicologia social crítica e territórios de vulnerabilidade. *Revista Brasileira de Psicologia Social*, v. 12, n. 2, p. 45-60, 2020.